

PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES E PARCEIROS COMERCIAIS



A Company Conferi está empenhada em garantir a segurança e proteção de dados pessoais, bem como a transparência e cumprimento das leis aplicáveis, como a Lei no. 13.709/2018 - a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("LGPD").

A LGPD visa garantir que a privacidade e proteção dos dados pessoais de cidadãos seja respeitada no Brasil, impedindo usos ilícitos e assegurando maior controle sobre essas informações, visando promover respeito e padrões éticos.

Por isso, como parceiro comercial ou fornecedor da Company Conferi, é essencial que você adote medidas equivalentes àquelas adotadas internamente, com o mesmo grau de preocupação com a proteção de dados pessoais e cumprimento de leis, razão pela qual apresentamos nossa norma de conduta.

Em caso de dúvidas em relação à norma de conduta ou sobre a proteção de dados pessoais na Company Conferi, fale conosco através dos meios de contato disponíveis em nosso website.



Esta norma se aplica às atividades de Tratamento de Dados Pessoais realizadas por parceiros e prestadores de serviços, que devem seguir os mesmos parâmetros adotados pela Company Conferi.

Tratamento de Dados Pessoais é toda operação realizada com Dados Pessoais (dados que identifiquem uma pessoa ou a tornem identificável), como coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, compartilhamento, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados.

Toda atividade de Tratamento de Dados Pessoais deve atender às finalidades do quanto contratado entre as Partes, a boa-fé e ser realizada em conformidade com a legislação aplicável, sempre no limite necessário para atingimento da finalidade pretendida e sem tratamento diverso ou para interesses próprios não legitimados por lei ou por contrato.



PRINCÍPIOS APLICÁVEIS

A LGPD estabelece <u>princípios</u> que devem ser aplicados a todas as atividades de tratamento de dados. São valores gerais que orientam a LGPD e que devem ser considerados sempre que uma atividade envolva tratamento de dados pessoais.

<u>Boa-fé</u>: as atividades de tratamento de dados pessoais devem ser feitas respeitando a boa-fé;

<u>Finalidade</u>: Todo tratamento deve ser realizado para fins legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular de dados;

<u>Adequação</u>: O tratamento deve ser compatível com as finalidades informadas ao titular;

Necessidade: O tratamento deve ser limitado ao mínimo de dados pessoais necessário para a realização de suas finalidades, evitando-se a coleta excessiva de informações;

<u>Livre acesso</u>: Garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento;

Qualidade dos dados: Garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

<u>Transparência</u>: Garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento;

<u>Segurança</u>: As atividades de tratamento devem pautar-se pela segurança e proteção dos dados pessoais, evitando acessos não autorizados e situações acidentais de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

<u>Prevenção</u>: Adoção de medidas para prevenir danos relacionados ao tratamento de dados pessoais;

<u>Não discriminação</u>: O tratamento não pode ser realizado para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos; e

Responsabilização e prestação de contas: Além de adotar medidas visando o cumprimento das normas de proteção de dados, é necessário conseguir comprovar e documentar tais medidas e sua eficácia.



REGRAS APLICÁVEIS

Legitimidade do Tratamento. Dados pessoais devem sempre ser tratados apenas na medida do que forem necessários para o alcance de finalidade legítima e legalmente autorizada. Toda atividade de tratamento de dados pessoais realizada pela Company Conferi, envolvendo ou em nome da Company Conferi somente deve ser realizada caso exista uma base legal que a justifique (art. 70 e 110 da LGPD), conforme legitimação a ser definida pelo Controlador de dados pessoais.

Confidencialidade, Segurança e Gerenciamento de Incidentes. O tratamento de dados pessoais deve ser feito com a máxima segurança e em conformidade com as leis vigentes. É importante a adoção de medidas, normas, padrões técnicos, mecanismos internos de supervisão e mitigação de riscos, procedimentos de resposta a incidentes de segurança, treinamentos periódicos para cumprimento das obrigações, entre outros. Em caso de incidente, devem ser realizadas respostas a incidentes e notificações conforme a lei. A Company Conferi deve ser informada quando cabível, respondendo somente na medida de comprovada concorrência ou exclusividade em relação ao evento.

<u>Cooperação em Direitos dos Titulares</u>. A LGPD estabelece os direitos que as pessoas naturais podem exercer sobre seus dados, tais como o direito de confirmação e acesso, correção, anonimização, bloqueio, exclusão, revogação de consentimento e portabilidade. A Company Conferi possui processos para responder e respeitar estes direitos, fazendo-o quando for a Controladora dos dados. Sempre que houver tratamento de dados pessoais em nome da Company Conferi por parceiros ou prestadores de serviços, estes deverão viabilizar o exercício de direitos, encaminhando pedidos dos titulares à Company Conferi.

<u>Compartilhamento de Dados</u>. Sempre que for necessário compartilhar dados pessoais controlados pela Company Conferi com terceiros, esperamos que haja com, no mínimo, previsão de obrigações de confidencialidade em relação a esses dados pessoais, limitações às atividades de tratamento, exclusão após término e obrigações de implementação de medidas adequadas para evitar incidentes de segurança ou qualquer outro episódio indesejado relacionado aos dados pessoais.

<u>Exclusão ou término do Contrato</u>. Após expiração ou término de tratamento, os Dados Pessoais devem ser devolvidos ou excluídos, exceto conforme previsto em lei.





